

MEMÓRIA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

MEMORY, IDENTITY AND SOCIAL REPRESENTATIONS

Juliani Borchardt da Silva¹
Ronaldo Bernardino Colvero²
Eduardo Knack³

RESUMO

Como produto das relações humanas e dos grupos advindos da sociedade, a memória se apresenta como elemento balizador das representações dos sujeitos em seus grupos. É campo de interesse de estudo de distintas áreas do conhecimento, momento em que se coloca como temática relevante no entendimento das representações simbólicas, materiais e discursivas do homem na atualidade. O presente ensaio busca discorrer acerca de algumas de suas principais características e, para isso, utilizou-se basicamente referências bibliográficas da área. Apresenta as ligações efetivadas entre memória e as representações dela advindas, as quais produzem elementos que outorgam as identidades dos sujeitos e dos grupos em sociedade. Associa-se, desta feita, os processos memoriais àquilo que, consagrado no campo cultural, têm-se como os elementos fundantes e necessários das relações dos indivíduos em sociedade.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Representações sociais.

ABSTRACT

As a product of human relations and of groups coming from society, memory presents itself as a guiding element in the representations of subjects in their groups. It is a field of interest for the study of different areas of knowledge, a moment in which it stands out as a relevant theme in the understanding of symbolic, material and discursive representations of man today. The present essay seeks to discuss some of its main characteristics and, for that, basically used bibliographic references in the area. It presents the effective connections between

1 Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Possui graduação em Administração- Projetos e Empreendimentos Turísticos pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2009) onde também cursou especialização em História, Cultura, Memória e Patrimônio (2012). É Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014) e mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2014). Graduada em História-Licenciatura pelo Centro Universitário Internacional (2018). Possui experiência em organizações civis e públicas que tratam da temática do Patrimônio Arqueológico, histórico, cultural e de memória. Contato: juliani.silva@uffs.edu.br

2 Doutor em História.

3 Doutor em História.

memory and the representations that come from it, which produce elements that grant the identities of subjects and groups in society. This time, the memorial processes are associated with what, enshrined in the cultural field, have as the founding and necessary elements of the relationships of individuals in society.

Keywords: *Memory. Identity. Social representations.*

INTRODUÇÃO

As discussões acerca da temática da memória parecem cada vez mais latentes na realidade social atual. Efetivo é que o contexto apresentado se caracteriza pela pluralidade de grupos que compõem a coletividade que, em suas semelhanças e diferenças, produzem referências e elementos representativos de suas identidades.

As transformações decorrentes das relações entre os grupos, inevitavelmente geram a necessidade de desenvolver os conceitos que passam a permear as atividades destes e sua relação com a memória e identidade. Pertinente então o estudo constante das funções expressivas geradas no campo da memória, considerando as perspectivas produzidas diante da complexidade que a temática representa. Tem-se assim a oportunidade de discussão das possibilidades que o tema acarreta, onde as relações humanas constroem e reconstroem sistematicamente o passado por meio de discursos, representações, comemorações, objetos e locais.

1. Algumas considerações teóricas sobre memória e identidade

Mas afinal, como se produzem as memórias no homem? Para Nietzsche, por exemplo, a escrita cultural da memória estaria diretamente associada às instituições de poder e violência. O que fosse marcado “a fogo e dor” permaneceria na memória. Neste pensamento, o corpo representaria um meio de socialização da cultura, onde, por exemplo, através de rituais, punições e demais práticas, deixariam através de seus vestígios o necessário para a transmissão de valores sociais e normas de convívio. Assmann (2011, p. 265) define, neste aspecto, o que se caracterizaria como trauma⁴, ou seja, uma escrita duradoura do corpo, oposta à ideia de recordação. O trauma seria, por sua natureza, impossível de ser representado em palavras, pois o encobririam por um véu de generalizações e trivialidades incapazes de expressar a experiência traumática apresentada dolorosamente

4 A autora (ASSMANN, 2011, p. 282) caracteriza o trauma como sendo a impossibilidade de narração, transformando o corpo em espaço de gravação, produzindo linguisticamente e interpretativamente signos que podem se enfrentar dependendo das movimentações da memória.

de forma constante ao indivíduo que a detém. Em suma, as palavras não conseguiriam representar as feridas memorativas do corpo, momento em que a linguagem em si se apresentaria de forma ambivalente diante do trauma, possuindo função de canal para comunicação e marca simbólica daquilo que não poderia ser manifestado.

Nesta direção, a autora referencia também como um processo memorial a proliferação de memoriais e monumentos que, relacionados ao apego às coisas passadas, serviriam como mecanismo de defesa e alívio, materializando memórias traumáticas ao passo que encobririam determinadas recordações, ofuscando-as e jogando-as ao esquecimento (2011, p. 281). Nestes jogos memoriais, prevaleceria o esquecimento, visto a impossibilidade de tudo ser lembrado e igualmente pela necessidade de determinadas lembranças serem esquecidas para que os indivíduos possam bem viver em coletivo.

A valorização da memória seria, neste lócus, fenômeno compartilhado por indivíduos e grupos em contraponto à ameaça do esquecimento, o que para François (2010, p. 19), mobilizaria politicamente vários setores da opinião pública, que com forte apelo emocional ao abordar determinado fato, tocariam em representações, valores e afetos constituidores da comunidade, de um grupo ou de uma nação⁵, bem como suas identidades. Desta forma, isso explicaria a quantidade de protagonistas que debatem sobre o passado e a memória na atualidade (políticos, publicitários, jornalistas, grupos, etc.), bem como os espaços de discussão constituídos, como parlamentos, tribunais, imprensa, ruas; não cabendo, segundo salienta a autora, apenas o protagonismo de historiadores de profissão no centro destes debates.

Assim sendo, Candau (2012) salienta que o desejo pela memória, sobretudo pelo medo do vazio e da perda dos sentidos que caracterizariam as sociedades modernas, estaria intimamente relacionado ao fato que, sem memória os indivíduos se perderiam sem suas identidades. Esta ideia de orientação coloca a cultura como centro das práticas vividas, pensadas e compartilhadas pelo homem, sendo fundante na concepção de vida, mundo e coletivo produzido por este em sociedade.

Surgiriam assim reivindicações de diversos grupos sociais e culturais que almejavam estabelecer uma relação entre passado e presente, o qual buscaria assegurar a transmissão de memórias, símbolos e espaços, que testemunhos, expressariam uma retórica que, dentre outros objeti-

5 Para Assmann (2011, p. 359) a “memória de uma nação se materializaria na paisagem memorativa de seus locais de recordação”. Isso resultaria em contatos ou distância conferiria a estes locais a procura e o contato direto com o passado.

vos, almejaría reconstruir a maneira pela qual os indivíduos se colocariam diante de seu passado. Têm-se aí a possibilidade de conflitos que, seja entre grupos ou em seu interior⁶, ilustrariam as divergências que poderiam, no tempo e no espaço, enunciar o conjunto de lembranças produzidas de forma comum e divergente a um grupo. Estas, conforme argumenta Candau⁷ (2004), auxiliariam na construção de um reconhecimento “consensual” de memórias, habitadas, apropriadas e compartilhadas socialmente.

Em contraponto, lembra, no entanto, que, toda tentativa de escrever uma memória comum a todos os membros de um grupo a partir das únicas lembranças manifestadas seria ação reducionista, visto deixar às sombras aquelas que não estariam expostas. Neste lócus, Assmann (2011, p. 284-285) argumenta que recordações não seriam confiáveis e que a memória estaria sempre sujeita a falhas, momento em que as mesmas poderiam ser reflexos de recalcamientos e desconfigurações em busca de conformação daquilo lembrado. Desta forma, no processo de reconstrução de uma memória, poderia haver quadros contraditórios sob certos fatos que, dentre outros efeitos, produziriam desconfiança, sofrimento, bloqueios ou ajustes dos mesmos.

A ambição pelo reconhecimento do passado refletiria na explosão memorial resultante da supervalorização da memória, do dever de memória, do qual se vislumbraria uma era de comemorações como defende Gonçalves (2012, p. 30), que assinala as significativas transformações dos processos históricos e a relevância cada vez mais destacada dada à memória e seus aportes, que problematizariam em direção à sua constituição enquanto locais de memória. Defendido por Nora⁸, tais locais se definiriam como “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (1997, v.2:2226). Uma das críticas apresentadas ao conceito formulado por Pierre Nora aos lugares de

6 Para Candau (2004), pode-se existir conflitos inclusive de uma só autoridade com ela mesma. Para o autor, a ideia de conflito representa uma relação de dois poderes ou de dois princípios que exigem, dentro de um mesmo objeto, determinações contraditórias.

7 Em seu texto “Conflits de mémoire: pertinence d’une métaphore?”, de 2004, Candau faz a distinção ainda do que seria “conflitos de memória” (CDM) e “conflitos em torno da memória” (CAM). O primeiro, resultado dos conflitos existentes entre os grupos almejaría uma sobreposição das escolhas de um sobre o outro, erradicando muitas vezes as memórias alternativas. Já no segundo caso, menos dramático, seria o aparecimento de um olhar singularizado sobre os fatos passados cujos autores admitem em geral, a verdade histórica.

8 Idealizador do projeto Lugares de memória (1984-1992), produção de 07 volumes que acabou por se tornar uma apresentação da França por meio de seus lugares de memória. Retrilhou assim caminhos pelos quais. Em distintos momentos, o passado foi gerido em nome de uma nação Francesa.

memória diz respeito ao privilégio dado às comemorações políticas e institucionais, bem como o processo de escolha de tais referências, que, via de regra, eram verticalizadas e reprodutoras de um *status* elitizado daqueles que detinham poder e influência. Além disso, mais do que os lugares em si, o ato de comemorar se apresentava mais relevante, deixando num segundo plano a projeção dos efetivos significados destes locais.

Caberia ainda a definição dada por Candau (2009, p. 43 e 112) ao *mnemotropismo*, que caracterizaria como sendo o gosto pelo passado, pelas origens, histórias de vidas e comemorações. Produziria, por exemplo, um fervor patrimonial nas sociedades contemporâneas, que viveriam um “inchaço hipertrófico da função de memória”, que incitaria tudo guardar e lembrar numa compulsão arquivística, algo considerado impossível pelo autor, momento em que a atividade seletiva predominaria.

Como uma necessidade social, a formulação dos locais de memória seriam consequência do desejo de registro, exposição e perpetuação de espaços que, pela sua existência, devessem evocar determinada memória social. Assim sendo, Candau (2012, p. 33) preluza que haveria uma multiplicidade de lembranças resultantes de um mesmo acontecimento, demonstrando a complexidade da presença do passado no presente. Por outro lado, alerta que a existência de atos de memória coletiva “não seriam suficientes para atestar a realidade de uma memória coletiva”. Desta forma, determinadas comemorações, construções, museus, mitos e narrativas poderiam não necessariamente representar a existência de uma memória comum ao grupo.

Halbwachs, sociólogo francês que influenciou significativamente os estudos referentes à memória coletiva, em sua obra “A Memória Coletiva”⁹, descreve que as lembranças de um indivíduo seriam sempre coletivas, estando estas alicerçadas sempre na figura do outro, mesmo se tratando de eventos em que somente um sujeito estivesse envolvido (HALBWACHS, 2003, p. 30). Cabe aqui a definição dada por Morin à figura do outro:

O outro significa, ao mesmo tempo, o semelhante e o dessemelhante, semelhante pelos traços humanos ou culturais comuns; dessemelhante pela singularidade individual ou pelas diferenças étnicas. O outro comporta, efetivamente, a estranheza e a similitude. A qualidade de sujeito permite-nos percebê-lo na semelhança e dessemelhança. O fechamento egocêntrico torna o outro estranho para nós. [...] O sujeito é, por natureza, fechado e aberto. (2012, p. 75).

9 Obra com primeira publicação em 1950, com título original *La Mémoire Collective*.

O “outro” desta forma, assumiria papel de suporte das lembranças rememoradas, independentemente de estarem presentes efetivamente como testemunhos do fato em questão. É exatamente nesta direção que a relevância do grupo assumiria função norteadora nos processos de recordação, momento em que o compartilhamento social das lembranças no seio do grupo se tornaria necessário para a identificação dos fatos comuns bem como a criação de uma imagem sobre estes. Entretanto, de nada valeria o depoimento de alguém que participou de determinado evento, se deste não restasse nenhum vestígio para ser evocado. Connerton (1999, p. 41) aponta para a existência de todo um conjunto de ideias que muitas outras pessoas igualmente possuiriam com objetos, lugares, datas, formas de linguagem, ou seja, com toda vida material da sociedade da qual estes façam parte. Isso quer dizer que, mesmo aquelas recordações e acontecimentos mais pessoais, possuiriam em sua constituição a materialidade do contexto social vivido junto aos outros, seja na semelhança ou na diferença.

Neste caso, não havendo pontos de contato que façam uns concordarem com as memórias dos outros, significaria que, provavelmente, o sujeito não fizesse mais parte do grupo mantenedor de tais memórias. Assim sendo, a construção da memória na perspectiva de Halbwachs ocorreria a partir de dados e noções comuns que estivessem no indivíduo e nos demais membros do grupo. A aderência formada, portanto, diante do coletivo, poderia não ocorrer mais de forma intensa no momento do afastamento do indivíduo perante o grupo, ação normal numa realidade onde os sujeitos fazem parte de distintos coletivos e acabam por se afastarem naturalmente de alguns destes. É o que Thompson (1998, p. 57) também traz à luz ao expor a relação dialética existente entre memória e identidade. Por meio das multifacetadas e contraditórias “identidades” resultantes das inúmeras interrelações vividas socialmente, compugnar-se-ia, por necessidade, aquela que melhor se apresentasse aos anseios na atualidade, influenciando toda vida moral, material e social estabelecida com os outros.

Desta forma, num primeiro plano da memória, ainda segundo o autor (HALBWACHS, 2003, p. 51), estariam aqueles episódios e experiências compartilhados pelo maior número de pessoas pertencentes ao grupo, permanecendo àquelas relacionadas a um pequeno número de sujeitos ou até mesmo individuais, num segundo plano. É possível ainda, nesta direção, que uma quantidade expressiva de lembranças reapareça por meio da recordação evocada pelos outros, não sendo exequível este reaparecimento sem que de alguma forma fosse possível relacioná-la ao grupo, mesmo tendo sido percebido em momento que apenas um sujeito estivesse envolvido.

Pode-se admitir que normalmente um grupo mantenha relações

com outros e muitas das ideias e acontecimentos resultem destes contatos. Assim sendo, a condição necessária para a rememoração de algo, em primeira hipótese, seria uma sequência de percepções pelas quais se concretizaria refazendo o mesmo caminho percorrido, os mesmos elementos que orientariam para esta lembrança. Por outro lado, este processo de rememoração igualmente poderia ser produzido por meio de todas as sucessões de imagens e pensamentos que se cruzariam para se reencontrar determinada memória (HALBWACHS, 2003, p. 54).

Observa-se, neste contexto, que para o reconhecimento de determinada imagem haveria ligação desta a outras, reencontrando suas conexões com demais objetos ou pensamentos que constituiriam assim uma espécie de quadro, plausível de ser codificada e evocada em determinado contexto enquanto lembrança. Para Connerton (1999, p. 42), nenhuma memória seria possível sem “referência a um quadro espacial socialmente específico”. Desta forma, se conservariam recordações por meio da referência ao espaço material circunscrito aos sujeitos.

Toda memória seria social, porém nem todas as memórias seriam coletivas. Portanto, como define Candau (2012, p. 45), a memória coletiva surgiria como um “discurso de alteridade”, que compartilhado forneceria ao grupo sua identidade, a qual não existiria sem uma relação dinâmica com o “outro”. Objetos, pessoas, lugares e sons, por exemplo, seriam reconhecidos e sentidos, sendo percebidos e relacionados às experiências vividas. Nesta direção, Izquierdo (1989, p. 89) defende que “(...) não há memória sem aprendizado, nem há aprendizado sem experiências. (...) Não inventamos memórias. As memórias são fruto do que alguma vez percebemos ou sentimos”.

Haveria, nos jogos memoriais, uma dialética produzida coletivamente que atuaria diretamente entre lembrança e esquecimento. Da mesma forma os silêncios, que na ideia de Le Goff (2013, p. 390) revelariam mecanismos de manipulação por vezes produzida na memória coletiva. A maneira, portanto, de se inscrever as formas em que a memória seria colocada em determinada sociedade é diversa, sendo sua exposição e transmissão definidas, por exemplo, pela capacidade de escrita e registro das mesmas. Sociedades orais, assim sendo, possuiriam formas distintas de registro e transmissão de suas memórias do que aquelas comunidades de cultura escrita e documental. Para Assmann (2011, p. 268-269) a língua seria o primeiro estabilizador das recordações, sendo, portanto, mais fácil a lembrança de algo externalizado através de palavras do que aquilo nunca formulado. Em suma, pela língua, recordações individuais seriam postas e socializadas, quer elas sejam de afeto ou de traumas.

O tratamento dos fatos ao longo dos últimos séculos tem-se demonstrado organizado de acordo com o desenvolvimento dos meios de registro que atendam às necessidades das sociedades. Passando pela oralidade, escrita e mais recentemente pelas tecnologias digitais, as quais corroborariam para a vasta quantidade de informações e referências armazenadas na atualidade. Exemplo básico deste acúmulo pode ser vislumbrado em bibliotecas, que em seus numerosos acervos, dificilmente serão absorvidos em sua totalidade enquanto arquivos¹⁰ detentores de informações. A materialidade, neste lócus, é concebida por Assmann (2011, p. 280) como a necessidade de “alívio da recordação” ao passo que se efetivaria como estratégia de esquecimento, momento em que se apresentaria como recordação encobridora.

Como outros espaços constitutivos de memória, Le Goff (2013, p. 433) refere ainda como locais simbólicos aqueles de peregrinações e comemorações que funcionalmente também buscariam a criação e a manifestação de experiências históricas e memoriais aos indivíduos de determinada sociedade. Fica claro que o passado, materializado¹¹ na paisagem e preservado pelas instituições de memória e vivo nas práticas culturais sociais, faz o passado cotidiano e presente na vida das comunidades. Este efeito é produzido, principalmente, por algumas faculdades exercidas pelo homem, conforme destaca Ferreira:

A noção de memória remete tanto aos mecanismos de acumulação, vinculando-se às formas de conservação, atualização e reconhecimento de uma lembrança, quanto aos processos de compartilhamento de representações sociais. (2011, p. 102)

A possibilidade de acumular, conservar, atualizar e reconhecer seriam indispensáveis no processo memorial, sendo a efetivação de uma organização e classificação dos episódios e lembranças mais ou menos relevantes, que dariam ordem aos vestígios de destaque ou esquecidos para a vida e as relações coletivas, o que para Candau (2012, p. 09) estaria relacionado ao fato de a memória ser uma reconstrução continuamente atualiza-

¹⁰ Para Assmann (2011, p. 367-368) o arquivo representa “sistemas de registro” que funcionariam como meios de armazenamento de informações e conhecimentos que pode, ou não, ser pré condição para memórias culturais futuras e seriam, em primeira instância, memórias de poder e de dominação, sendo o controle dos arquivos diretamente relacionado ao controle da própria memória.

¹¹ Candau (2012, p. 107) aduz sobre essa materialidade a insatisfação dos homens em armazenar suas memórias apenas no cérebro, necessitando de “extensões da memória” para traduzir e expor os principais traços representativos de suas vidas.

da do passado. A reconstrução destas lembranças assim ocorreria, conforme defende Assmann (2011, p. 271), pela impossibilidade de se reproduzir exatamente um episódio do passado. Tal reconstrução não se efetivaria necessariamente fiel, mas sim como um enquadramento pertinente deste passado, resultado de um conjunto de estratégias, negociações e interesses para o seu devido uso na atualidade. A ideia de que memória é a “aquisição, conservação e evocação” de informações é igualmente compartilhada por Izquierdo (2013, p. 15), entretanto, em uma análise médica e biomecânica destes processos, onde os mesmos estariam ligados também a fatores hormonais, neurais e bioquímicos existentes no corpo humano.

Nestes enquadramentos, o trabalho da memória atuaria diretamente para a construção da identidade dos sujeitos, onde as negociações e apropriações resultantes destes processos estabeleceriam as relações que se colocariam entre passado e presente, implicando em permanências e rupturas que enraizariam as identidades e a consciência que se possui destes.

O processo de escolha ocorreria, via de regra, no interior dos grupos, que definiriam por meio de seleção os repertórios essenciais que legitimariam as representações, arquivos e locais acolhidos como fundantes e fundamentais à sua cultura e práticas exercidas pelos sujeitos do coletivo. Candau (2012, p. 18) lembra que muitas destas escolhas constituiriam representações não do passado, mas sim da imagem que o grupo desejaria projetar para si e de si. Nesta direção, o sujeito modelaria suas memórias ao mesmo tempo em que estas também o modelariam enquanto sujeito no presente.

Em contraponto, caberia reforçar que nenhum grupo recordaria de algo como sendo socialmente “determinado ou organizado”, cabendo a uma parcela maior ou menor tal exercício. Isso demonstraria que a memória coletiva, enquanto uma representação, dificilmente se apresentaria comum a todos os membros de um grupo. Nesta direção, Pollak (1992, p. 204) compactua com a ideia de seleção e organização ao defender que aquilo que a “memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”. Ademais, além do trabalho de enquadramento, a memória seria resultado de um processo construtivo que, na perspectiva do autor, estaria direcionado para sua manutenção, coerência, unidade e continuidade. Este pensamento é corroborado nas palavras de Sanchis, ao argumentar que:

Pois a vida vai... Acontecem coisas, para qualquer grupo e qualquer pessoa dentro do seu grupo. Se quiserem responder a esses acontecimentos, que criam novas situações, as “culturas” devem reagir criativamente, adaptar-se, inovar, mudar. (2008, p. 74-75)

A ideia de dinâmica sustentaria as relações estabelecidas e vividas pelos indivíduos no interior dos grupos. Seus membros contribuiriam, participariam e negociariam proporcionalmente aos interesses pertinentes, seja de forma individual ou coletiva, para as expectativas de imagem e de atuação do coletivo. Assim sendo, novas situações poderiam ser determinantes nesta escolha, ao passo que igualmente poderiam ser criadas para uma finalidade específica.

Para Candau (2012, p. 27) as identidades de um grupo não estariam sustentadas unicamente na definição de quadros culturais estáveis e objetivamente incorporados pelos seus membros. Seriam sim produções que se modificariam no quadro de “relações, reações e interações sociossituacionais”, em que suas estratégias seriam capazes de fazer emergir sentimentos de pertença e de identidade por meio daquilo vivido.

Como fenômeno construído, Pollak (1992, p. 204) defende ainda que a memória representaria também um campo de disputas e litígios, que determinariam os acontecimentos e elementos a serem gravados e recalçados na memória de um povo. O social se constituiria como elemento mediador do homem, caracterizado como um ser social e de interação aos outros. Quintana (1999, p. 42) afirma esta ideia ao assentir que não existiria homem isolado de seus pares e despido de seus símbolos. Estes, como preluza Sá (2007, p. 08), seriam resultado das percepções sociocognitivas desenvolvidas pelos grupos a respeito de suas realidades e interesses.

As distintas realidades vividas pelos indivíduos nos variados contextos e grupos dos quais faz parte ao longo de sua vida produziria, como define Thompson (1998, p. 57), o desenvolvimento de identidades, que multifacetadas e subjetivas, seriam responsáveis pela interação de um indivíduo a outros de forma apropriada que este consiga viver e narrar sua identidade a si e aos outros. A noção de que os indivíduos não seriam caracterizados apenas por uma identidade específica e que estes poderiam circular por outras ao longo de sua existência, daria sentido às alterações sofridas e necessárias à composição de discursos plausíveis vividos na atualidade.

Nesta direção, enquanto campo de pesquisa, mais do que buscar uma verdade absoluta, o trabalho com a memória seria enriquecido justamente, como nos traz Mehy (2006, p. 197), pelas contradições, ilusões, men-

tiras, fantasias e deformações dos fatos, elementos que comporiam as subjetividades e realidades sociais. É o que defende também Assmann (2011, p. 295), ao citar que recordações não podem ser consideradas como falsas, sendo as mesmas, em sua visão, estilhaços documentais que auxiliariam na construção de uma imagem histórica coerente, mesmo manifestada por meio de incoerências, exageros e deformações. A análise da construção destes códigos auxiliaria no esclarecimento das funções que os mesmos adquirem socialmente para o grupo, passo que representariam as trajetórias vividas, as negociações e a consagração de suas aplicabilidades no seio dos coletivos. Posto isso, cabe a definição dada por Ricoeur (2007, p. 303) onde “o elemento histórico e o elemento não-histórico” seriam igualmente necessários à “saúde de um indivíduo, de um povo, de uma civilização”.

Em sendo assim, a história oral se colocaria como uma das maneiras pelas quais se desenvolve a pesquisa no campo da memória. Como ainda reforça a autora, mais do que um roteiro de entrevista, exige a leitura dos processos que envolvem as transformações sociais através da qualificação do sujeito enquanto protagonista de sua própria história. Nesta perspectiva, seria capaz de captar as distintas vozes, que na maioria das vezes ocultas, não compõem as narrativas oficiais desenvolvidas sobre determinado grupo. Esta ação, por si só, traz à tona memórias subterrâneas ou trágicas que, por meio da narrativa, busca reparação ou registro.

Nesta mesma direção, Pollak (1992, p. 04) adverte que, mais do que tratar algumas exposições memoriais como dissimuladas ou manipuladas, tornar-se-ia imprescindível a identificação da ligação real destas com a criação de personagens, espaços, comemorações, etc. O autor relaciona os atos de transferência desenvolvidos às esferas individuais e coletivas, que se mostrariam de formas distintas em cada temática apresentada. Desta forma, por exemplo, as cronologias de datas oficiais e/ou comemorativas estariam fortemente influenciadas em sua rememoração por fatos marcadores da vida privada. A organização, portanto, do enquadramento de episódios nacionais se estruturaria junto com as demais influências e elementos negociados pelo indivíduo também em nível privado.

2. As representações sociais com reflexo da memória

A memória como construção social e política, individual e coletiva, seria estritamente ligada ao sentimento de identidade e de pertença dos sujeitos. É o que, em suma, representaria a imagem que estes possuiriam de si, bem como aquela almejada perante os outros. Estes valores, como já dito, seriam disputados em conflitos sociais e intergrupais.

A ideia de conflito é identificada, dentre outros motivos, por exemplo, na constituição de nacionalismos que, eclodidos em especial no período de entre - guerras, onde a propagação de símbolos, elementos e discursos evocadores de identidades articuladas com experiências passadas, almejavam a mobilização para o reconhecimento destas por meio de políticas patrimoniais de transmissão de valores a serem apropriados e defendidos socialmente. Movimentos se constituiriam nesta direção e buscavam promover politicamente a realização de eventos cívicos, comemorativos, personalizados e de representação de narrativas a serem adotadas como fundantes de um “estado-nação”. Poulot (2009, p. 28) se refere a este contexto tendo a nação como foco da celebração e preservação patrimonial, capaz de identificar e articular saberes autenticando as experiências do passado no presente. Cita como exemplo que na França, no século das Luzes, imprimia-se em comemorações republicanas um “culto aos homens ilustres”, ritualizando, desta feita, peregrinações a lugares de sepultamentos como meio de realimentar o sentimento cívico na população (2009, p. 127). Uma nação se fundaria para além daquilo que é lembrado, mas também, e com grande influência, pelos episódios e memórias que são esquecidos.

Segundo Hobsbawm (2013, p. 183), as sociedades modernas se colocariam de forma distinta para se expressarem, onde cada qual estipularia determinados períodos e épocas a serem referenciados simbolicamente e discursivamente, que como efeito impossibilitaria um comparativo nesta seara entre países. O patrimônio em especial seria utilizado como instrumento ideológico e simbólico para as coletividades. Volta-se ao passado em um processo de seleção que buscaria ativar ou reativar uma base narrativa que constituísse os anseios nacionais no presente. Neste contexto Boaventura de Sousa Santos (1993, p. 31-32), caracteriza como sendo as culturas nacionais resultado de tensões entre diferentes que objetivariam um *status* de homogeneidade, característica então determinante para a constituição de uma nação. É o que Prats (2005, p. 21) vai considerar como sendo a busca por um consenso que, em esferas ideológicas e políticas, almejaria por meio de um enredo a legitimação social das referências excepcionais e/ou constituídas pelos sujeitos no seio da nação.

Desta forma, o Estado se colocaria como formador dos discursos necessários para a fundação da nação, devendo assim materializar o mesmo através de projetos políticos nacionalistas que convirjam nesta direção. Candau (2012, p. 163-164) ressalta a relação estabelecida entre o patrimônio e memória, onde o primeiro seria “menos um conteúdo que uma prática de memória, obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma”, corroborando assim a ideia de que os elementos constituidores das identidades cumpririam papel funcional de afirmação destas.

No que tange ainda os processos de conflitos, vale enunciar que os mesmos seriam resultado da diversidade de elementos e narrativas produzidas socialmente, o que poderia, em determinados casos, encobrir e mascarar demais referências latentes no grupo. Ordena-se assim um direcionamento que conferiria determinado controle aos instrumentos *mnemotécnicos*, os quais “inscrevem e situam os indivíduos no tempo e no espaço” (CANDAU, 2012, p. 68). É preciso considerar neste cenário o esquecimento como faculdade resultante, além dos processos intencionais efetivados na tentativa de suprimir as características consideradas irrelevantes ao grupo, mas também como estratégia dos mesmos para justamente manter determinado fato possível de ser, em algum momento, comunicado de forma pública. Comum nesses casos, quando um grupo igualmente é amputado das memórias que compõem suas origens, sua identidade bem como as representações elaboradas sobre elas, se tornarem incertas e frágeis, prejudicando a construção de uma memória social.

Candau (2012, p. 110) expressa que muitas vezes o trabalho de seleção, escolha e esquecimento pode ser processo doloroso e difícil, tornando-se um obstáculo ao exercício da própria memória e seu compartilhamento. Por esta lógica que a memória se apresenta em permanente transformação, múltipla, aberta e vulnerável a distintas utilizações pelos homens que a detêm.

A qualificação organizadora da memória seria, portanto, fundamental nos engajamentos sociais do presente por demandas futuras. Isso porque, como nos traz Candau (2012, p. 97), os membros de um grupo depositariam, “para seu próprio uso, a imagem de seu passado mais conveniente às necessidades comuns” no presente. Assim sendo, de nada adiantaria informações se as mesmas não forem representadas e entendidas como tais. Para isso, o autor avança em discussões teóricas sobre o tema, propondo em suma, a existência de três tipos de memória: protomemória, a memória e a metamemória. As duas primeiras seriam faculdades individuais de cada sujeito, não podendo assim serem compartilhadas. A terceira, no entanto, estaria relacionada à memória coletiva, ou seja, o conjunto de representações desenvolvidas socialmente. Tais classificações, em suma, aperfeiçoaram a própria ideia de memória até então pensada, distinguindo assim o que representaria, portanto, memória individual e coletiva. Nesta seara circulariam memórias as quais se classificariam entre fortes e fracas. As fortes se caracterizariam pela “profundidade e coerência” e estariam presentes em grupos. Já a fraca não possuiria “contornos definidos e clareza”, sendo difusa e geralmente transmitida por indivíduos (CANDAU, 2012, p. 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, poder-se-ia indicar que a memória individual possuiria uma dimensão coletiva, passo a significação e representação efetivadas socialmente, as quais não fugiriam da cultura investida pelos indivíduos. Longe de estes possuírem uma memória unificada acerca de determinado episódio, visto o homem da atualidade atuar em distintos grupos, que possuiriam ainda em seus contextos suas fragmentações e conflitos. Divergências na constituição de memórias seriam, sob esta óptica, resultado também de interferências, interesses e dos inúmeros contatos decorrentes das relações humanas. Negada ou manipulada, a memória seria, portanto, a tentativa de (re) organização do passado e, por esta razão, existiriam tantas memórias quantos sujeitos envolvidos em sua produção.

Como um local de trabalho, exalta ou recalca o necessário às relações de pertencimento e de poder dos grupos, momento em que por meio do compartilhamento, cultiva ambientes, espaços e narrativas originárias de múltiplas aprendizagens e vivências que representam as identidades vividas e percebidas entre os sujeitos por meio de espaços, objetos e emoções, que na concepção de Candau funcionariam como sócio-transmissores que estabelecem conexões que operam adesões e compartilhamentos das memórias comuns. Estas, caracterizadas como “retóricas holistas” pelo autor, dependem, em suma, de fatores como contágio e frequência, o que dimensiona a pertinência e a organização das representações então mobilizadas pelo grupo.

Múltiplas camadas de tempo e de espaço são assim colocadas como significantes enquanto testemunhos das experiências vividas. Requalifica assim a apresentação de reminiscências das relações vividas e dos símbolos produzidos, reiventados e mobilizados enquanto demarcadores das identidades organizadas por meio de contrastes, conflitos, negociações e comemorações memoriais. Tornar-se-ia relevante, neste processo, as justaposições que simbolicamente transformariam sensorialmente e emocionalmente o cotidiano. É assim que os sujeitos se reconheceriam, emancipariam e se recriariam na tentativa de consolidar suas lembranças e experiências em exposições que mediarium o presente destes.

Os engajamentos desta feita refletiriam e balizariam as operações da memória e seus efeitos para os grupos. Abre-se uma função crítica das próprias representações efetivadas no fazer da história, que neste sentido, como traz Ricoeur (2007, p. 316), faz da memória também uma reinterpretação da história, que por meio do trabalho com inúmeras pluralidades seria feita assim por muitas mãos. Desta forma, como bem afirma o autor, “tantos observadores, tantos pontos de vista”, os quais justamente em sua

pluralidade, produzem estimativas e relativizam a “enunciação” dos fatos conforme suas próprias condições históricas. Em suma, o significado da época atual seria resultado “constitutivo do agora da história” (RICOEUR, 2007, p. 327). Assim, as experiências representadas dependeriam, em primeira análise, dos pontos de vista que, legitimamente são reconhecidos pelo grupo como característicos e necessários à sua identidade.

Em linhas gerais, a memória possuiria determinadas características, tais como: a) está sempre em processo permanente de evolução; b) é aberta à dialética lembrar *versus* esquecer; c) é vulnerável em seus usos e manipulações; d) suscetível à revitalizações; e) é sempre vivido no presente; f) é múltipla e plural; g) enraíza-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Neste contexto, necessita de suportes exteriores e de referências, donde arquivos auxiliam na preservação necessária à vida em coletividade. Produzem-se assim indicadores que, como já dito, no anseio de tudo guardar e lembrar, faz destes testemunhos a significação de práticas vividas e da realidade daquilo que constitui suas memórias. Nesta seara, a memória estaria para o homem como sua própria vida, compondo ao longo de suas vivências os sentidos funcionais atribuídos à sua própria existência, quer seja, as identidades que lhe compõem.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. *Espaços de Recordação: Formas e transformações da memória cultural*. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. DONSKIS, Leonidas. *Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.
- CANDAU, Jöel. *Conflicts de mémoire: pertinence d'une métaphore?*. In: BONNET, Veronique. *Conflicts de mémoire*. Paris: Karthala, 2004.
- _____. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. *Memória em Rede*, Pelotas, v.1, n.1, jan/jul 2009, p. 43-58
- _____. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2. ed. Oeiras: Editora Celta, 1999.
- FERREIRA, Maria Leticia M. Políticas da Memória, Políticas do Esquecimento. *Revista Aurora*, n. 10, 2011.
- FRANÇOIS, Etienne. As novas relações entre memória e história após a queda do Muro de Berlim. *Revista Memória em Rede*. Pelotas, v.2, 2010, p. 17. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/>

[Memoria/article/view/9553](#)>. Acesso em: 09 maio 2019.

- GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, v. 3, n. 3, p. 27- 46, 2012.
- NORA, Pierre. *Leslieux mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. O apogeu do nacionalismo: 1918-1950. In: *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- IZQUIERDO, Ivan. Memórias. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.3, n.6, 1989.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os Novos Rumos da História Oral: O caso Brasileiro. *Revista de História*, n. 155, v.2, p. 191-203.
- MORIN, Edgar. *O método 5: a humanidade da humanidade*. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 03-15, 1989.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 21, p. 17- 35, 2005
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SÁ, C. P. de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Reflexão & Crítica*, 2007.
- SANCHIS, Pierre. Cultura Brasileira e Religião...Passado e Atualidade. *Cadernos Ceru*, v. 19, n. 2, dez. 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 38, 1993, p. 11- 39.
- THOMPSON, Paul. *A voz do Passado: História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

Recebido em 29/01/2020

Aprovado em 22/04/2020